

CONV 186/02

WG V 5

NOTA

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre as Competências Complementares (Grupo V)
Assunto:	Nota de síntese da reunião de 9 de Julho de 2002

Foi dado início ao debate com a apresentação do documento elaborado pela Comissão Europeia sobre a "Delimitação de Competências: uma Questão de Intensidade da Intervenção" (WD4 – WGV) e da Resolução do Parlamento Europeu, de 16 de Maio de 2002, sobre a "delimitação das competências entre a União Europeia e os Estados-Membros", cujo relator era Alain Lamassoure. Foram também analisados os documentos WD1 – WGV (preparados pelo Secretariado) e WD3 – WGV (de D. Pieters) e os contributos de H. Farnleitner (CONV 58/02) e de J. Wuermeling (CONV 107/02).

Durante a discussão, que teve lugar no âmbito do programa de trabalho alterado na reunião anterior – *"definição do conceito de "competências complementares", num contexto mais vasto (categorização das competências)"* – , foram evocadas numerosas questões, nomeadamente:

- Foi geralmente aceite como método proceder-se a um debate sobre a categorização das competências antes de se analisarem as características das competências complementares e de se determinarem as políticas cobertas por esta categoria.

- Verificou-se um consenso sobre a complementaridade entre a classificação proposta pelo Parlamento Europeu e a proposta pela Comissão Europeia, embora tenha havido quem assinalasse a natureza algo rígida da metodologia proposta pela Comissão.
- Alguns elementos do Grupo propuseram que se substituísse a actual abordagem casuística por uma abordagem "geral", segundo a qual as características de determinada categoria de competências seriam cobertas por uma ou mais disposições do Tratado, sendo as matérias abrangidas por uma outra disposição. Nesta perspectiva, caberia ao Grupo identificar as características das competências complementares, a extensão e os limites da acção comunitária e as matérias abrangidas por essa categoria.
- O Grupo de Trabalho levantou a questão das repercussões jurídicas da eventual substituição, proposta pelo Parlamento, da categoria das "competências exclusivas" (da União) pela noção de "competências próprias" e das respectivas consequências para a actual formulação do artigo 5.º do TCE (princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade).
- Numerosos oradores destacaram a necessidade de se salvaguardar uma certa flexibilidade no sistema de repartição de competências, associando essa necessidade às exigências da globalização. Foi defendida, neste contexto, a manutenção de um mecanismo de flexibilidade semelhante ao do artigo 308.º.
- Foi levantada a questão da supressão das bases jurídicas funcionais, proposta pela resolução do Parlamento, tendo sido assinalado que essa supressão seria paradoxal, atendendo ao objectivo declarado da resolução de conservar os aspectos de flexibilidade do sistema.
- Foram também numerosos os que insistiram na transparência (exigência democrática). É prioritário esclarecer quem é responsável, e por quê, na União.
- A propósito do exercício das competências, foi ainda assinalada a questão da repartição de tarefas entre a União e os Estados-Membros. Trata-se da problemática associada aos casos em que a aprovação das normas de execução é atribuída à Comissão, em vez de ser da responsabilidade dos Estados-Membros, e do papel que cabe neste contexto aos procedimentos de comitologia, cuja simplificação, ou mesmo supressão, é reivindicada por alguns elementos do Grupo.

- Alguns oradores assinalaram que muitas vezes, para agir, não são as competências que faltam à União, mas sim a existência de procedimentos de tomada de decisão eficazes.
- Alguns membros recordaram que, em definitivo, os Estados possuem uma competência de princípio, quer a nível nacional quer comunitário, mediante a sua participação privilegiada no processo de decisão. A União consiste numa partilha da soberania.
- Alguns membros insistiram ainda na importância da escolha dos termos para definir as categorias das competências, em especial as complementares. Pensou-se em termos como "residuais" ou "parciais".

Conclusões operacionais

- P. Altmaier apresentará um documento com a sistematização da discussão do dia.
- J. Wuermeling apresentará um documento sobre a sistematização dos limites e restrições da definição das chamadas "competências complementares".
- A Comissão comprometeu-se a apresentar um documento de análise dos casos práticos, baseado na aplicação a sectores concretos dos critérios de categorização propostos pela Comissão.
- O Grupo poderia estudar, aquando de uma consulta de peritos, a problemática do acervo comunitário: Em que consiste? Será mesmo necessário mantê-lo na íntegra? Haverá que adaptá-lo?